

Acta nº 2/2001

Aos dezasseis dias do mês de Abril, do ano dois mil e um, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano 2000;
3. RESAT – Realização da 2ª Tranche de Capital Social;
4. AMTAD – Plano e Orçamento para 2001 e Conta de Gerência e Relatório de 2000;
5. EHATB SA – Relatório e Contas 2000;
6. “A Barrosana” – Estatutos – Projecto de Viabilidade Financeira.

Registando-se quorum, estiveram presentes cinquenta e nove membros. Não compareceram à chamada os senhores Manuel António Silva Carvalho, Adelaide Conceição Carvalho, António José Silva Carvalho, Pedro Jorge Pias Canedo, João Gonçalves Surreira, António Gregório Azevedo Dias, Eugénio Gonçalves Xavier, Paulo Jorge Dias Barroso, João Batista Verde e Manuel Rodrigues dos Santos.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. Devido à ausência do Primeiro Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou para completar a constituição da Mesa o deputado António Bernardes Fidalgo. Informou a Assembleia que o deputado Pedro Canedo pediu a renúncia do mandato, sendo substituído pelo deputado José Carlos Fonseca Gomes.

A acta foi posta à consideração, tendo os deputados Guilhermina Costa e Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

A deputada Guilhermina Costa disse que na página 5 devia constar, como despesa para receber o Senhor Primeiro Ministro, 5.600 contos e não 1.500 contos e, na página 10, o que disse em relação à dívida foi que, se não se negociassem os empréstimos com um prazo tão longo, a capacidade de endividamento já tinha sido ultrapassada.

O deputado Acácio disse que na sua intervenção, que consta da página 10 da acta, não o fez no sentido prejurativo. Referiu-se à notícia do Engº Campos no Jornal Transmontano e ao estilo com que ele se refere a Montalegre. Disse ainda que a aldeia sem acessos é Minas de Bessa e não Alto Fontão.

Posta a votação, a acta foi aprovada com nove abstenções. Os Presidentes de Junta de Cabril e Chã abstiveram-se por não terem estado presentes na sessão a que se refere a acta.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Carla Rodrigues, Alberto Martins, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Armando Duarte, Mário Mendes, Fernando Calvão, António Ferreira, José Branco, João Branco, Rogério Borrallheiro, Ricardo Moura e José Rodrigues.

A deputada Guilhermina Costa perguntou se o escalonamento de preços de água gasta se aplica só a um mês e qual a razão da discrepância entre os metros de água gasta. Leu ainda uma carta anónima onde questiona o licenciamento de uma casa no alto da Venda Nova. Perguntou se a obra está licenciada e se não está, qual a razão porque tal aconteceu.

A deputada Carla Rodrigues leu perante a Assembleia o seguinte documento:

“Pista Automóvel

Temos assistido ultimamente ao debate de questões relacionadas com a pista automóvel de Montalegre, veiculadas pela imprensa regional e nacional, que devem merecer o nosso comentário.

Segundo um jornal diário foi o Sr. Presidente da Câmara a anunciar que a pista se situava em área de protecção de sistemas aquíferos, o que equivale Reserva Ecológica. As posições públicas de pessoas ligadas ao assunto e dos partidos sucederam-se por cerca de um mês, e ainda hoje a sua situação e tramitação processual merecem legítimas dúvidas ao PSD.

Sr. Presidente da Câmara, que conhecimentos ambientais ou pareceres técnicos possui para ter declarado que, e passo a citar: “não me falem de ambiente naquele lugar. Aquela é uma zona inóspita, do pior que há, uma zona ventosa e nem sequer é arborizada”. (Público de 18-03-2001).

Sr. Presidente, nem só o que é arborizado é bonito e se considera ambiente, já que tudo faz parte de um ecossistema típico da nossa região, que desfruta desta singularidade natural de que se tem feito eco para o exterior e, por vezes, com reconhecido sucesso.

Como o Sr. Presidente da Câmara deve saber, a pista está situada numa zona tão sensível que bem merecia um estudo de impacto ambiental e um estudo técnico de entidades idóneas, que sem receios pudesse ter sido apresentado por V^a Ex^a para discussão, sem ter havido a necessidade de o meter na gaveta desde Janeiro de 1998 até Abril de 2001.

Em tudo isto existe uma verdade que julgo ser comumente aceite: a pista foi construída em zona agro-florestal, rodeada de reserva ecológica, reserva agrícola preferencial e zona de protecção à avi-fauna e biótopo Corine, habitat prioritário para a conservação de espécies ameaçadas na União Europeia, entretanto mesmo nalgumas delas. Esta é a conclusão que se pode extrair do levantamento só agora feito pela Câmara, bem como do seu parecer técnico. Como Vê, Sr. Presidente, o ambiente que classificou de inóspito tem muita importância para espécies ameaçadas.

Para além da sua localização, também todo o desenvolvimento processual está, a nosso ver, eivado de irregularidades e até ilegalidades. Então, uma obra desta envergadura não deveria ser objecto de, pelo menos, um projecto devidamente aprovado pela Câmara? Não se impunha mesmo que fosse elaborado um orçamento de despesas previsíveis, como para qualquer outra obra? E, Sr. Presidente, faz algum sentido sujeitar agora a

pista à aprovação da Câmara, para ser considerada válida desde 1998? Se as dúvidas persistirem, será o PSD a suscitar a intervenção das entidades competentes.

Assina Carla Rodrigues”.

A deputada perguntou ainda em que condições estão as águas dos rios do concelho.

O deputado Alberto Martins apresentou o seguinte documento:

“Na última reunião desta Assembleia Municipal verificamos a ausência do Sr. Presidente da Câmara.

Discretamente, fomos informados que estava na Suíça.

E estava lá, com a discrição habitual, mas com a sabedoria e a firmeza que o caracteriza.

Não imaginávamos nós aqui o que lá se estava a preparar.

No meio de delegações de mais de trinta países, o Presidente da Câmara, elementos do Clube local “Papaventos” e da Federação Portuguesa de Voo Livre, preparavam uma grande surpresa para aquelas delegações, para Portugal e para o Barroso.

Quando todos pensavam que a poderosa França ia ganhar a candidatura à organização do Mundial de Parapente em 2003, os “mosqueteiros” portugueses, fruto também da riqueza da natureza desta nossa região, bem patente na exposição e nos vídeos, na simpatia e na arte de bem receber, esses “mosqueteiros” causaram escândalo e ganharam com o voto aquilo que muitos consideravam impossível – A organização do Mundial de Parapente 2003 para Portugal!

Trata-se de uma grande vitória sobre a França. De uma vitória que honra Portugal e para a qual esta terra teve um grande contributo. E é uma vitória excepcionalmente saborosa para Barroso porque vamos ter na Serra do Larouco a prova maior e mais prestigiada da modalidade em todo o Mundo. E porque, mais uma vez, Montalegre irá receber centenas de pessoas e será notícia nas TV, rádios, jornais e revistas.

Parabéns ao Sr. Presidente e a todos quantos participaram nesta odisseia.”

Assina, Alberto Martins Fernandes.

O deputado Acácio Gonçalves falou da especulação imobiliária que existe na vila de Montalegre; pensa que o consumidor está indefeso e não tem quem o proteja e apresentou a seguinte proposta para votação:

“Acácio da Silva Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal e representante do partido Popular, propõe a esta Assembleia no âmbito das suas competências, na defesa do consumidor, prevista no artº 27º da Lei 159/99 de 14/9 o seguinte:

Propor à Câmara Municipal que encete diligências junto do Instituto de Defesa do Consumidor a fim de ser instalada neste concelho uma delegação que promova informação, defenda os direitos dos consumidores, institua mecanismos de mediação de

litígios de consumo, crie e participe em sistemas de arbitragem de conflitos de consumo de âmbito local e apoie associações de consumidores.”

Montalegre, 16 de Abril de 2001, Assina Acácio Gonçalves

Perguntou ainda qual a situação das obras do castelo.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que em Sidrós estão a fazer o alargamento de uma rua, mas existe um espigueiro que está a estorvar. Pediu que o retirassem para outro local. Sobre a entrevista do Senhor Presidente da Câmara à SIC, referiu que ficou triste com as afirmações proferidas porque disse que valia mais a pista, do que os saneamentos de Pondras e Sezelhe para o concelho. Disse que o PSD não é contra a pista mas estas afirmações são graves e pensa que deve ter mais respeito pelas pessoas. Finalizou, dizendo que as ideias do Presidente da Câmara estão esgotadas e tem a certeza que em Dezembro as coisas vão mudar.

O deputado Armando Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Montalegre, disse que foi feito um muro por um particular no Bairro da Noruega que ocupou terreno público; o requerente foi notificado para demolir o muro e não o fez. Perguntou porque é que não foi embargada a obra.

O deputado Mário Mendes disse que, em relação à Pista Automóvel, já se tinha falado muito e que já se tinham dado entrevistas de todo o feitio. No seu entender a comparação entre a Pista e os saneamentos, feita pelo Senhor Presidente da Câmara, talvez fosse no sentido de que a pista constitui uma mais valia que abrange muita mais gente do que um saneamento numa aldeia onde residam 50 ou 100 pessoas. Dadas estas explicações o deputado apresentou a seguinte proposta:

“Há gente que em bem pouco tempo já mostrou bem o que é, já mostrou bem aquilo que vale.

Já nos tínhamos habituado a ouvir certas pessoas dizer mal de tudo. E até prejudicar o concelho. Já sabíamos que há gente que não olha a meios para atingir os fins.

Mas o que se passou com a polémica da pista ultrapassa tudo o que era imaginável na baixa política!

Como é possível haver tanta precipitação, tanta ignorância, tanta mentira, tanta maldade!

É que, mais uma vez aqui, não olharam a meios. Queriam ferir a Câmara e o Presidente. E o resultado é o insulto à honra e orgulho dos Barrosões ao nosso brio, e, ainda por cima, com invenções e mentira.

Em que situação ficou a nossa terra com estas notícias nos jornais e noutros órgãos da comunicação social? Que prejuízos causaram à pista esta polémica? Que é que vinha cá fazer a televisão e quem a chamou?

Pois os prejuízos, para o concelho, para a nossa terra, são incalculáveis.

E agora, quem os repara?

Esta Assembleia repudia veementemente o comportamento de todos os que participaram nesta campanha da pista contra Montalegre. Prestaram mau serviço à política. Traíram o concelho. Venderam-se à inveja de uma certa vizinhança pequenina.

À Câmara e ao seu Presidente manifestamos a nossa solidariedade e a nossa firmeza e total apoio para que continue a afirmar Montalegre, para bem da nossa terra e das gentes de Barroso.

Assina, Mário Mendes.

O deputado Fernando Calvão referiu que era para não falar sobre a Pista porque esse assunto já foi suficientemente abordado pela Comunicação Social e disse que não tinha caído bem. Perguntou se era mentira a pista estar situada numa zona sensível. Disse ainda que a Comunicação Social estava atenta e fez um bom trabalho e que os socialistas nunca foram sensíveis às questões ambientais. Disse que tinha apresentado uma proposta na Assembleia onde desafiava a Câmara a preservar vários locais ambientais como o Larouco, o Ourigo, a mata do Avelar, etc. e essa proposta tinha sido chumbada. Referiu que havia vários atentados ao ambiente, como a lixeira do Avelar, e perguntou quanto tempo ainda iria funcionar. Finalizou, dizendo que, na sua opinião, a questão da Pista é só um atentado ao património.

O deputado António Ferreira disse que ficou enjoado quando ouviu dizer que quem inventou a polémica da Pista tinha sido o Senhor Presidente da Câmara e que era uma vergonha dizer-se que é a autoridade máxima do concelho que leva à Comunicação Social os aspectos negativos do concelho. Na sua opinião, toda esta batalha não é contra a Pista Automóvel, mas sim contra o Presidente da Câmara. Convidou algumas pessoas sensíveis às questões ambientais a visitar as margens do Cávado, o tratamento do saneamento e o viveiro de trutas. Fez uma breve referência à queima do Judas, dizendo que trouxe a Montalegre, durante o fim de semana, à volta de duas mil pessoas. Deu os parabéns às entidades responsáveis pela iniciativa. Para finalizar a sua intervenção, apresentou o seguinte documento à Assembleia:

“Há quatro anos alguém do PSD inventou uma sondagem. E houve uma senhora dirigente que simulou um telefonema na presença de gente do PS. Esse telefonema confirmava que a inventada sondagem dava a vitória ao PSD para a Câmara.

Não havia sondagem nenhuma, e os resultados foram os que se viram.

A astúcia, a criação artilosa de factos e a esperteza saloia não convenceu ninguém, muito menos alterou a intenção das pessoas que pretendiam influenciar.

Mas desta vez parece que há mesmo uma sondagem.

Então porque é que não a revelam?

Porque é que não dizem quem a fez e qual o resultado?

Será que esse resultado ainda é razoável para o PSD?

E que é que dirá então o PSD aos cerca de 30% que essa própria sondagem, pedida pelo PSD, lhe dará?

Para salvar isso não será melhor deixar o Eng^o Adelino e o Sr António Cascais e avançar para a cabeça quem fala, quem crítica, quem inventa, quem mente, quem dirige, para deixar de ser joguete dos outros?

E já agora leve o culpado da crise mediática da brucelose em Cabril consigo.

Aí é que se via o que valem.”

O deputado José Manuel Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães, pediu que fosse reparada a EN 308 urgentemente porque, perto da ponte, a estrada desabou. Perguntou em que situação se encontrava o inquérito que foi levantado à Pavia, empresa responsável pela obra.

O deputado João Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Mourilhe, disse que na estrada entre Mourilhe e Sabuzedo existe um pontilhão que está em perigo; pediu que se arranjasse uma solução porque passa lá o autocarro com crianças.

O deputado Rogério Borralheiro iniciou a sua intervenção, fazendo um comentário à última sessão da Assembleia em que, pela leitura da acta, ressaltou-lhe a referência a elementos do PSD que não fazem parte deste órgão, o que não considerou correcto. Disse ainda, em tom irónico, que tinha ficado preocupado com os conselhos dados pelo Senhor Presidente da Câmara em Exercício à Presidente da Comissão Política do PSD, mas ficou ainda mais preocupado quando esta disse que aceitava o vereador Orlando como seu assessor. Falou da desertificação, dizendo que esta só se combate com o desenvolvimento e, na sua opinião, a Pista Automóvel e a Feira do Fumeiro devem ser enquadradas nesse âmbito. Na sua opinião, a verba gasta na Feira da Vitela é exorbitante apesar de estar de acordo com o Senhor Presidente da Câmara em Exercício quando diz que devemos receber bem quem nos visita, mas não se deve cair em exageros para as pessoas não se gabarem de comer “à gosma”. Referiu que o concelho de Montalegre, primeiro devia dar condições aos que aqui vivem e, depois, aos outros. Disse que uns jovens de Salto queriam jogar futebol e foram pedir ao Presidente da Câmara de Boticas para jogar no pavilhão deles. Citou ainda a intervenção de um membro da Assembleia em que disse que aos fins de semana vêm a Montalegre muitos caçadores e deixam cá muito dinheiro. Devemos apoiar e incentivar aquilo que é tradicional. Em relação à Pista, disse que houve uma falha porque a Assembleia Municipal não foi ouvida.

O deputado Ricardo Moura disse que a sessão estava a agradar-lhe porque tinha notado alguma animação e leu o seguinte documento:

“A polémica da pista veio pôr a nu a falta de credibilidade de certas pessoas.

Nós já as conhecíamos. A ganância e o ódio levou-os a este grande disparate. A esta grande traição ao Barroso e a Montalegre.

Não me dirijo a certas pessoas porque desceram tão abaixo, logo no arranque que ficaram atolados na lama. Já sabíamos que não valem nada. É só ódio e vingança.

Mas esta de ver um autarca eleito, Presidente da Junta de Montalegre, atrás da SIC na pista automóvel, isso é que me choca! Nunca pensei que um presidente de junta colocasse as intrigas e a politiquice primeiro, e se esquecesse dos verdadeiros interesses da sua terra.

O Senhor Presidente da Junta de Montalegre que é que estava a fazer com a SIC na pista? Era para dizer bem da pista, era para ajudar Montalegre!

O seu antecessor, com tanta dedicação a Montalegre, e tantos anos de exercício, não lhe ensinou a fazer isso.

O seu antecessor apoiou a pista, trabalhou em conjunto com a Câmara, nunca colaborou nem deixou enxovalhar o nome de Montalegre por razões políticas.

O actual Presidente de Junta de Montalegre meteu-se com quem não devia.

Como Presidente da Junta só lhe posso dizer que não gostei, que reprovoo a sua atitude porque não cumpriu o seu dever de defender o concelho.

Como munícipe esperava que o Presidente da Junta da sede do concelho estivesse à altura das responsabilidades do seu cargo e que soubesse honrar o legado do anterior Presidente que, apesar de partido diferente do da Câmara, nunca traiu o executivo, nunca traiu a sua terra, sempre se empenhou no desenvolvimento e progresso.

Fica aqui esta minha crítica como Montalegrense porque ninguém pode ferir o orgulho Barrosão, muito menos um Presidente da Junta, ainda por cima o presidente da sede do Município.

É triste, ainda por cima, ver a oposição e o Presidente da Junta de Montalegre vendidos à pequenez da vizinhança.

É verdade que um topógrafo da Câmara de Boticas esteve a medir a pista?

Colaborar com isso é a maior vergonha de um político, é a humilhação de um Barrosão!

É capitular perante o complexo de inferioridade de Boticas.

Mas se o actual PSD precisa de ser mandado por Boticas, o concelho não precisa, nem o permite.

Vão vocês para Boticas.

Montalegre é dos Barrosões.”

O deputado José Rodrigues iniciou a sua intervenção, dizendo que Boticas é Barroso. Sobre a Pista disse que o partido que estava no poder não tinha argumentos e a intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi infeliz ao comparar a pista como os

saneamentos. Perguntou se a Câmara pretende continuar a investir na pista e se as pistas de karting e velocidade são para avançar. Disse que havia uma necessidade urgente de intervenção nas estradas do concelho porque estão em muito mau estado: a estrada do rio e S. Vicente a Montalegre que depois de ter sido intervencionada com lamas asfálticas, e tendo sido posta em causa a segurança dos automobilistas, foi dito pelo Presidente da Câmara que tínhamos estrada para alguns anos e ao fim de pouco tempo está toda danificada. Referiu ainda que a estrada de Morgade ao Barracão está em mau estado e o até o autocarro dos alunos já lá ficou atolado. Em relação ao Parapente, saudou os socialistas de Montalegre por conseguirem a realização de uma prova tão importante e disse ainda que sobre esta questão devia haver união. Sobre a instalação de um campo de energia eólica no Larouco, por parte dos espanhóis, que inviabiliza algumas acções, nomeadamente o parapente, perguntou o que se está a preparar.

Findas as intervenções, foi posta a votação a proposta apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves. Não houve inscrições, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta apresentada pelo deputado Mário Mendes foi posta a votação. O deputado Rogério Borralheiro apresentou a seguinte declaração de voto:

“Sou contra a proposta do Sr. Mário Mendes porque nos termos em que ela é colocada personaliza a questão, encaminhando a polémica para o plano pessoal que me repugna.

A questão é política e é nesse plano que devem ser colocadas as questões. Por esse motivo voto contra a aceitação da proposta nos termos que está.”

Assina Rogério Borralheiro

Inscreveram-se ainda para intervir sobre a proposta os deputados Cândido Barroso, Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Ventura Coelho, Fernando Calvão e Mário Mendes.

O deputado Cândido Barroso disse que se a questão da pista tem sido discutida antes de ser feita, saberia qual a posição que tomaria. Agora, depois de um projecto quase acabado, só podem existir duas posições: ou se levanta o que está feito e refloresta-se aquela área ou se avança com ela. Referiu ainda que ficou com a ideia de que a notícia do jornal “Público” tinha sido encomendada e que a questão que está por trás na proposta tem toda a razão de ser.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Sr. Mário Mendes deve estar mais atento àquilo que se passa e referiu que o PSD tem opiniões diferentes como toda a gente, só que tem coragem de falar. Quem levantou esta questão não foi o PSD, este, só perguntou se a pista estava na REN ou não. Quem mentiu foi o Senhor Presidente da Câmara que disse que a pista não tinha projecto e depois já tinha; mentiu sobre o valor da pista, na Conta de Gerência custou 20 mil contos e num panfleto enviado aos municípios custou 45 mil. Referiu ainda que foi o Senhor Presidente da Câmara disse que a pista estava numa zona de aquíferos e logo a seguir disse que não. Terminou, dizendo que a Pista faz-lhe lembrar o fenómeno Zé Cabra: é ridículo e inculto.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a proposta nos termos em que está elaborada, não faz sentido e por isso deve ser retirada. Dá-lhe a sensação que querem ganhar as eleições na secretaria.

O deputado Ventura Coelho disse que existe uma polémica a nível nacional que é o arranque da inceneração em Souselas em que o Ministro José Sócrates está envolvido e assistiu-se ao aplauso do Prof^o Marcelo Rebelo de Sousa à atitude tomada, que foi complicada e arriscada. Disse ainda que, no caso da questão da Pista, o Senhor Presidente da Câmara é o principal culpado e ficava-lhe bem assumir aquilo que foi gasto. Nos jornais aparecem verbas de 400 mil contos e a nível interno diz que aquilo ficou barato e só custou 20 ou 30 mil contos.

O deputado Fernando Calvão prescindiu da palavra.

O deputado Mário Mendes disse que a proposta não visa ataque pessoal, salvo se alguém enfiar o barrete, mas trata-se de uma crítica ao comportamento de quem lançou a polémica sobre a pista. E não foi o Presidente que chamou os jornalistas e lhe disse que a pista estava na reserva ecológica, alguém o fez. Alguém mentiu. E alguma comunicação social fez o resto a trapalhada que se viu. A proposta é de apoio à Câmara e ao Senhor Presidente porque foram os únicos visados. Disse que ouviu dizer que o Presidente da Câmara iria perder o mandato. Não sabe quem levantou a polémica, mas afirmou que se soubesse denunciava as pessoas porque estes boatos só prejudicam o concelho.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos. Este disse que sobre a pista, quando a oposição pediu, em termos concretos, uma informação concreta sobre o assunto, a Câmara prestou-a. Referiu que toda a gente se apercebeu que alguém encomendou a notícia e disse que não tinha sido gente do PSD a fazê-lo, esses, depois seguiram atrás. Explicou que, antes de sair a notícia, falou com uma jornalista e ela perguntou-lhe se a pista estava em zona da REN ao que lhe foi dito que não. Perguntou de seguida se era protecção de aquíferos ao que o Presidente da Câmara respondeu que não. A jornalista insistiu e disse: “Mas há uma zona de protecção de aquíferos naquela área”? ao que o Presidente da Câmara diz ter respondido que sim. Há naquela zona uma área de protecção de aquíferos mas não implica com a pista. A pista está localizada num morro inóspito não pode ser protecção de aquíferos. A jornalista perguntou ainda qual tinha sido o investimento tendo o Presidente respondido que naquele momento não tinha o valor concreto porque as obras desenvolveram-se nos últimos cinco anos. E as notícias foram o que se viu “Crime contra o ambiente; Reserva Ecológica; Não sabe quanto custa”. Afirmou que tinha sido uma calúnia e que a autora do artigo teve imensas oportunidades de falar bem do concelho de Montalegre e nunca o fez. Falou da pista porque era um assunto que dava primeira página. Referiu que sempre negou que aquela zona fosse Reserva Ecológica e que a única asneira que tinha cometido neste processo todo foi a ingenuidade com que tratou este assunto e as suas preocupações ambientais serviram para a jornalista aproveitar no mau sentido. Admitiu que ficou admirado por ter caído em semelhante cilada. Explicou ainda que a Pista tem as verbas atribuídas nos Planos desde 1998. A Assembleia aprovou o Plano de Actividades de 98, 99, 2000 e 2001, onde estava inserido o Complexo Desportivo, e até foi aprovado um empréstimo que continha verbas que iriam ser atribuídas à Pista. A Pista é uma promessa eleitoral que quer construir para a cumprir. Disse que existem no concelho 100 aldeias que não

têm saneamento básico e nem o irá fazer porque custa 5 milhões de contos e a Câmara não os tem; além disso o número de pessoas residentes não o justificam. É preciso é fazer obras que criem desenvolvimento, que gerem negócio e emprego. Dadas estas explicações, o Senhor Presidente da Câmara, através de uma cópia do ortofotomapa, mostrou a área onde está localizada a Pista para que não restassem dúvidas, aos deputados, de que não é uma Reserva Ecológica. Esta obra teve a autorização da Câmara em 98 e o Dec.Lei que obriga a estudo de impacto ambiental não tem efeitos retroactivos. A Câmara enviou todo o processo ao Ministério do Ambiente e se tiver que o fazer será elaborado. O Ministério do Ambiente não tinha conhecimento da obra, nem tinha que ter. A Pista não tem impacto ambiental, nem tão pouco impacto visual porque daqui a 5 anos ninguém vê aquela área desbravada como se vê hoje porque vai ser toda reflorestada. Terminou as explicações, dizendo que a Pista é um grande atractivo e que irá constituir um apoio à empresa que vai ser criada – a Barrosana. Disse ainda que o projecto foi acompanhado por técnicos da Federação Portuguesa de Automobilismo que trabalharam conjuntamente com os engenheiros da Câmara e o autor do projecto.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Guilhermina Costa, Rogério Borralheiro e José Rodrigues.

A deputada Guilhermina Costa pediu que lhe dessem exemplo de um artigo que tenha sido publicado pelo PSD sobre a Pista. Disse que o Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, referiu que o PSD sabia da existência da Pista. A deputada concordou com a afirmação e disse que de facto só a não vê quem é cego. Em relação ao estudo apresentado, perguntou porque é que só agora é que foi público. Relativamente ao levantamento que o PSD fez da pista, disse que tinham pago a um topógrafo de Boticas para fazer o serviço e os dados por ele fornecidos são diferentes dos da Câmara. Terminou dizendo que o PSD só quer que tudo corra dentro da legalidade.

O deputado Rogério Borralheiro disse que tinha gostado de ouvir o plano de informação sobre a pista que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara. Referiu que o chefe do Executivo Municipal tem o direito de fazer as suas opções e as pessoas são obrigadas a aceitá-las, embora não sejam obrigadas a concordar com elas. Há três anos, o Senhor Presidente da Câmara disse que a pista custava 400 mil contos e hoje vem dizer que a pista custa pouco mais de 100 mil contos. Disse que tinha informações de que o Senhor Presidente da Câmara prefere a pista a um saneamento. Pessoalmente também é mais a favor da Pista do que de um saneamento em Lodeiro D'Árque, onde só moram quatro famílias.

O deputado José Rodrigues disse que os esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara continuavam a ser insuficientes, mas era melhor do que nada.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes que e disse que nunca tinha sido entregue nenhum projecto da pista aos vereadores porque não lhe é entregue nenhum outro. Sobre esta questão, disse que nunca teve intenção de esconder fosse aquilo que fosse. O Público fez o desmentido da notícia porque foram enviadas duas cartas ao Director para o fazer, apesar de não o terem feito como deviam. Assumiu ter tido alguma culpa neste assunto e disse que se fosse hoje não o teria tratado de igual forma, pelo menos com a comunicação social porque foram retiradas da sua intervenção frases soltas para dar credibilidade a uma armadilha que estava montada.

Posta a votação, a proposta apresentada pelo deputado Mário Mendes foi aprovada por maioria com 12 votos contra do PSD.

Terminada a discussão e votação das propostas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes. Este disse que para a cobrança da água está a ser implementado um novo sistema porque o que estava em vigor não era o melhor. Existe uma falta de adaptação e lembrou o que se passou com a EDP, quando implementou o mesmo sistema para a cobrança da electricidade. O novo sistema não deixa que as pessoas façam aldrabices porque, quando existem, rebenta o escândalo. Afirmou ainda que, quem tenha gastos avultados, a Câmara faz o escalonamento do pagamento. Em relação às construções que não tenham licença, disse que não tinha conhecimento, mas que iria averiguar porque ninguém constrói sem licença. Sobre a qualidade das águas do rio, são da responsabilidade do Ministério do Ambiente e não da Câmara. Em relação às obras da zona envolvente do Castelo, não eram as pretendidas, mas são as possíveis. Disse que tem havido alguns conflitos com o IPPAR porque o caminho que dá acesso à Igreja do Castelo estava mais estreito do que está agora. Afirmou que é difícil negociar com esta instituição porque são muito rigorosos. Quanto ao espigueiro de Sidrós, estava pronto para ser transferido só que as condições climáticas ainda não o tinham permitido. Sobre as questões ambientais, disse que existem no PDM estruturas que preservam o ambiente e dentro do Ecomuseu vão aparecer mais. Relativamente à estada do rio, disse que brevemente iria ter uma reunião com o Director da JAE e explicou que o projecto não era bom e que os trabalhos ali realizados também não foram bem feitos. Sobre as despesas da Feira da Vitela afirmou que eram de 15 mil contos e que tinha custado 22 mil contos à Cooperativa. Esta entidade não conseguiu financiamento para o evento e a Câmara teve de transferir mais verbas que não tinha previsto. Mas a Câmara só pagou 15 mil contos, e não aquilo que se diz. Sobre a rede viária, disse que a estrada da Fronteira vai ser intervencionada e vai procurar que seja o Ministério das Obras Públicas financie essa intervenção, assim como na de S. Vicente a Montalegre. Em relação à estrada do Barracão disse que neste momento não era uma prioridade; não está contemplada nos quatro pacotes e será feita quando houver condições. Referindo-se ao parque eólico de Espanha a construir na Serra do Larouco, disse que não possuía informações oficiais, mas que já tinha pedido à Galiza a informação que tivessem disponível e que até ao momento ainda nada tinham dito. Disse ainda que sobre este assunto tinha a certeza que muito pouco ou nada se podia fazer para impedir a construção do referido parque mas que iria fazer tudo para o afastar o mais que puder. Sobre a construção do muro, de que falou o Presidente da Junta de Montalegre, disse que o proprietário ocupou o terreno há vinte anos e nunca ninguém reclamou, nem a Junta, nem a Câmara. De qualquer forma o assunto terá de ser averiguado.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara, através de um relatório e outros documentos, apresentou a actividade e situação financeira da autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, José Coelho e Fernando Calvão.

O deputado Acácio Gonçalves pediu esclarecimentos sobre as dívidas a fornecedores e referiu ainda que a verba atribuída à TSF, 900 contos, parece-lhe exagerada.

O deputado José Coelho perguntou em que situação se encontrava o saneamento de Viade já que é uma freguesia grande e as pessoas não podem desfrutar deste equipamento. Disse que os arruamentos no bairro dos Pisões estão muito danificados, bem como o acesso para a aldeia de Friães onde frequentemente se dão desabamentos.

O deputado Fernando Calvão prescindiu da palavra.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos intervenientes. Disse que a Câmara tem publicidade em várias rádios e também na TSF e as dívidas que aparecem nos documentos são provavelmente atrasadas. Sobre o saneamento disse que é inviável fazer-se em todas as aldeias, contudo, 70% da população está a ser servida por saneamento. O próximo QCA vai contemplar o ambiente e a Câmara de Montalegre pediu financiamentos para a construção de saneamentos em aldeias do parque e para as que ficam junto às albufeiras. Sobre os arruamentos nos Pisões disse que a prioridade são os danos causados pelo mau tempo nas estradas e só depois será dada atenção às ruas e aos caminhos.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano 2000

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a Conta de Gerência e o Relatório de Actividade do ano 2000.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves, Carla Rodrigues, Fernando Moura, António Ferreira, José Coelho, Joaquim Leitão, Fernando Calvão, José Manuel Carvalho, Rogério Borralheiro, José Rodrigues, Joaquim Pires e João Soares.

A deputada Guilhermina Costa apresentou o seguinte documento:

“RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2000

Sr. da Assembleia
Sr. Presidente da Câmara
Sr.s Deputados

Estamos perante uma Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano 2000 que serve para avaliar a gestão dos recursos e a actividade política da Câmara. À distância de 1 ano 4 meses, estes documentos vêm dar razão às nossas perspectivas de irrealismo da Câmara, aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2000, pois, dos **3.995.000** contos que o Sr. Presidente previa como receita e despesas, surge agora a linguagem verdadeira e fria dos números da conta de gerência que não vai além dos **2.276.000** contos, o que representa um desvio de 43% do então estimado. Assiste-nos, pois, a

razão de reafirmar a leviandade com que são planeados os investimentos no nosso concelho e a demagogia com que são prometidas as obras, pois a Câmara não dispunha de indicadores que lhe permitissem prever receitas suficientes para a realização então assegurada como possível de concretizar. O certo é que as autorizações orçamentais ficam e o Sr. Presidente pode por esta via gerir a feitura das obras à medida dos seus critérios de oportunidade político-partidária.

Ressalta deste relatório a tendência que esta Câmara tem para os gastos em despesas correntes, como os **12.813** contos em despesas de representação, de que pagou **10.700** contos em almoços ou jantares e transitou para o ano seguinte o montante de **4.200** contos de dívida neste sector, os **41.584** contos em combustíveis e lubrificantes, os **48.119** contos em reparação e conservação de viaturas. As muitas imperfeições constantes do Relatório de Actividades deixam transparecer a desordem reinante na gestão orçamental, pois aparecem rubricas com uma facturação superior à dotação (como a Rua Padre José Alves e a Rua Dr. Bento da Cruz e outras), pagamentos superiores à facturação (como a Feira da Vitela), relação de subsídios muito superior ao liquidado. Também não existe correspondência nos valores da dívida bancária, que aparece na Conta de Gerência pelo montante de **935.306** contos e foi-nos dada no orçamento para 2001 (Pág. 20) como sendo de **953.180** contos em 31.12.2000.

Mas, onde o Sr. Presidente da Câmara ultrapassou as expectativas foi na dívida que fez transitar para o ano seguinte. Os seus valores, distribuídos por bancos, fornecedores e leasing somam **1.972.304** contos. Para um Presidente que herdou do seu antecessor uma dívida total de **1.012.043** contos num período de 8 anos e a sua obra, nos 3 anos de mandato, a pouco mais se resume do que ter feito e conservado as anteriores, convenhamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que ultrapassa o razoável e bem merece as nossas preocupações. A propósito de dívida, devo referir, Sr. Presidente da Câmara, que os números têm um só significado e não admitem leituras diferentes. É que a Câmara mandou ditar para a imprensa uma dívida a fornecedores de **606.445** contos e **47.463** de leasing, quando os valores que hoje nos apresenta são de **877.942** contos e **141.182** contos, respectivamente. Já noutras circunstâncias estamos habituados a ouvir duas verdades para o mesmo assunto, mas para nós os números têm só uma interpretação.

Fazendo agora a leitura da gestão dos três anos de mandato, os Relatórios de Actividades dizem indubitavelmente que o Sr. Presidente da Câmara dispôs de **7.596.000** contos e a obra feita não lhe correspondeu minimamente. Senão, vejamos: os principais sectores de maior carência no nosso concelho, que deverão constituir os pólos de atracção do investimento dos nossos recursos, são a rede viária, a educação, os saneamentos, o abastecimento de água e o turismo. Pois bem, daqueles **7.596.000** contos gastos neste mandato, apenas **2.791.632** contos foram aplicados naqueles 5 sectores que referi, segundo os números constantes nos Relatórios de 1998/1999 e 2000.

Fiz esta análise que julgo mais representativa da conta de gerência, usando os dados constantes nos documentos fornecidos pela Câmara, para que não venham usar outra verdade e todos possamos reflectir naquilo que se fez e se poderia ter feito, caso houvesse vontade para uma melhor administração dos recursos humanos e financeiros.

Sr. Presidente, Sr.s Deputados, é esta a nossa visão. Seguramente connosco haveria menos foguetório e menos folclore, mas haveria de certeza mais obra.

Montalegre, 2001.04.16, Guilhermina Costa”

O deputado Acácio Gonçalves disse que perante a Conta de Gerência apresentada, a percentagem de execução de obras, 57% é pouco, apesar de ter conhecimento de que houve contratemplos com o atraso do III QCA. Verificou que a dívida continua a aumentar, dois milhões de contos; no seu entender já é altura de a começar a travar porque pode trazer consequências negativas mais tarde. Deve-se salvaguardar os interesses dos vindouros e é necessário contenção. Finalizou, dizendo que pelo rol de obras que o Executivo apresenta, dá-se conta que de facto a Câmara está a trabalhar e isso é inegável.

A deputada Carla Rodrigues prescindiu da palavra.

O deputado Fernando Moura espera que todas as obras que o Executivo Camarário se propõe fazer sejam feitas rapidamente e pediu para que todas elas fossem fiscalizadas.

O deputado António Ferreira informou a Câmara de que a Escola EB 2 de Montalegre está receptível a possíveis alterações dos horários para que não sejam sempre os mesmos alunos a ser sacrificados. Sobre a intervenção da deputada Guilhermina Costa, mostrou um gráfico fornecido pelo secretário da Câmara e os números nele contidos não são os mesmos que apresentou a deputada. Fica admirado como é que as pessoas argumentam com números que ninguém sabe de onde vêm. Disse ainda que se houver alguma irregularidade o Tribunal de Contas faz a fiscalização e desconhece que alguma vez tivesse sido reprovado algum projecto por conter irregularidades. Terminou a sua intervenção, dizendo os documentos devem ser votados favoravelmente.

O deputado José Coelho disse que só o restaurante Sol e Chuva nos Pisões é que está a beneficiar da fossa os restantes moradores não tiram proveito nenhum. Disse ainda que no Jardim Infantil dos Pisões só colocaram tout venat no exterior e que aquele espaço não tem condições para albergar as crianças que para ali vão todos os dias.

O deputado Joaquim Leitão disse que via muita obra feita, mas também via muito para fazer. O Senhor Presidente da Câmara disse, na sessão anterior, que a estrada de Solveira a Soutelinho estava para ser feita e agora vê que está esquecida. Perguntou ainda que gastos foram feitos na Escola de Meixide porque vê uma verba de 10 mil contos e só foi mudada a telha.

O deputado Fernando Calvão disse que, relativamente à taxa de execução do Plano de Actividades, 57% é manifestamente pouco e referiu o exemplo da Câmara de Gaia em que o Dr. Luis Filipe Menezes conseguiu uma capacidade de execução do Plano de Actividades de 66% e o PS Gaia foi para a comunicação social dizer que era pouco. Disse ainda que o valor atribuído à estrada de Covelães-Pitões, 150 mil contos, lhe parece um exagero.

O deputado José Manuel Branco congratula-se com as obras realizadas e aquelas que estão para o ser. Pelos documentos apresentados, verificou que foram gastos 300 mil contos em Montalegre e 30 mil em Salto. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que olhasse mais para a sua freguesia, Salto.

O deputado Rogério Borralheiro disse, que depois de ouvir as explicações do Senhor Presidente da Câmara, teve a sensação de que estava no céu, depois de ouvir os números apresentados pela sua colega de bancada, a deputada Guilhermina Costa, ficou com a sensação de que o céu lhe caiu em cima. Disse que o Presidente da Câmara tem trabalhado, mas que era sua obrigação fazê-lo e que para além de se ter feito muito também há muito por fazer e exemplificou: piscinas, preservação do património, ordenamento das albufeiras, loteamento de S. Vicente, reorganização dos territórios educativos e estação de tratamento de resíduos sólidos, que tem a participação dos vários municípios do Alto Tâmega e mal parecia que a Câmara de Montalegre não participasse. Disse que existia um conjunto de promessas que eram do tempo do actual Presidente da Assembleia, Dr. Pires, e que não foram cumpridas e tem pena que não o fossem, como o ordenamento das albufeiras, designadamente Alto Rabagão e Venda Nova e a organização dos territórios educativos. Na questão da gestão financeira, verificou que das receitas para 2000, 1.754 mil contos, 75%, vieram do orçamento geral do Estado, o concelho de Montalegre não tem receitas próprias.

O deputado José Rodrigues prescindiu da palavra.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Joaquim Pires, disse que a despesa apresentada de 100 mil contos para a estrada de Covêlo às Penedas lhe parece exagerada.

O deputado João Soares disse que sobre o grupo de jovens que foi jogar futebol para Boticas tinha conhecimento do que se tinha passado porque ele é o Presidente do Grupo Desportivo e Cultural de Salto e esclareceu que o grupo joga no pavilhão da Escola Secundária de Boticas e não no pavilhão municipal porque esse está completamente degradado pelas festas que lá se realizam. Disse ainda que não vêm para Montalegre porque o pavilhão está para ir abaixo.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que não esperava que a oposição dissesse amén, mas é deste confronto que gosta porque tem larga experiência e já deu provas de que tem capacidades para o enfrentar. O Plano é uma previsão e determinadas iniciativas só serão realizadas se tiverem financiamento. Se as obras que constam do Plano não constassem, a Câmara não teria recebido 200 mil contos do QCA e por isso não se podia fazer um Plano para dois milhões de contos porque não se podia ir buscar dinheiro aos fundos comunitários. A Câmara, em 1989 perdeu dinheiro porque no primeiro QCA queria fazer obras, como a estrada de Cabril, e não havia projectos devido a erros cometidos pelo anterior Executivo. Disse que estão seis milhões de contos em Plano para realização de obras. Perguntou aos deputados se achavam pouco e disse que se não as quisessem que votassem contra. Não há desfasamento de dinheiro; aquilo que acontece é que há obras que já estão feitas, mas a Câmara ainda não recebeu o dinheiro da comparticipação e essas verbas irão reduzir a dívida porque já estão pagas. Quando este Executivo tomou posse, o FEF era de 400 mil contos e actualmente é de um milhão de contos, por essa razão a capacidade de endividamento é muito maior. Em relação à fiscalização das obras, disse que era muito importante que se faça porque há muita gente que nos tenta enganar. Sobre a fossa do restaurante Sol e Chuva disse que se ouviu erro não foi da Câmara porque foi feito um loteamento naquela área e meteram o dinheiro ao bolso, em vez de fazerem o saneamento. O Sol e Chuva é uma unidade hoteleira e um complemento para o turismo, e a Câmara tem de ter alguma consideração por isso. Mas a fossa é para todo o Bairro. Disse ainda que a estrada de Chaves vai ter ligação ao IP 3. Sobre as receitas do

Município, disse que há autarquias que podem prescindir da Derrama, enquanto que Montalegre não porque tem quilómetros de terrenos submersos pelas barragens e só recebe 14 mil contos; Lisboa não tem barragens e recebe mais de um milhão de contos. Não aceita a acusação de que este Executivo não arranja receitas. Quanto às promessas, disse que estava cá para as cumprir e brevemente o eleitorado irá ditar quem é que tem razão. Afirmou ainda que não se vendia a Boticas e que o pavilhão deles é pouco melhor que o de Montalegre que vai ser demolido.

Dado estes esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara proferiu ainda a seguinte intervenção:

“As afirmações do PSD aqui proferidas sobre a Conta de Gerência têm tanta credibilidade como aquilo que disseram sobre a localização da pista automóvel: erram sobre esse tema, e erraram agora porque manipularam números sem qualquer rigor.

A apreciação do relatório de Actividades e da Conta Gerência deveria conter uma apreciação política. Mas o PSD não foi capaz de o fazer. Preferiu fazer ilusionismo dos números, num jogo viciado, e, numa autêntica batota, procurou confundir e descaracterizar um documento técnico que é elaborado de acordo com as normas da contabilidade autárquica.

Foi aqui manifestado, nesse aspecto, grande atrevimento e alguma ignorância.

O que o PSD deixou aqui patente, foi a ausência de crítica aos objectivos do Plano e a toda a actividade da Câmara durante o ano de 2000.

E porque não tinham esses argumentos, inventaram , chegando ao ridículo de contestarem a metodologia técnica vigente nesta Câmara e em todas as outras do país onde ainda não funciona o POCAL.

Mas a leitura correcta, e o que se provou aqui foi um grande investimento em 2000.

Ficou aqui provado que esta Câmara realizou 1.465.000 contos de investimentos.

Ficou aqui provado que a Câmara investiu 377.000 contos na urbanização; 253.000 contos na rede viária; 173.000 em arruamentos; 124.000 em investimentos ligados ao turismo; 111.000 contos no apoio a associações; 150.000 contos de transportes escolares tendo cerca de 50% por concurso e 50% prestados pela Câmara; 51.000 contos em encargos de aquisição de equipamentos e viaturas ; 74.000 contos de abastecimento de águas; 40.000 contos em iluminação pública e extensões de rede, 41.000 contos em acções de formação completamente suportadas pelo IEFP.

E há ainda 488.000 contos de encargos de pessoal com o que se fez muito trabalho, aproveitando os nossos equipamentos, por todo o concelho, servindo as juntas de freguesia e as populações.

Ficou aqui provado o grande dinamismo da Câmara na promoção e divulgação do concelho e o sentido de planeamento ao lançar os projectos que hoje estão em curso.

E é isso que o PSD critica.

A Câmara não executou o proposto em termos financeiros. Mas a Câmara executou a grande maioria das obras propostas no Plano de 2000. É verdade. A Câmara avançou com obras que se encontram em dívida. Não há uma realização financeira, mas há realização material. E essas obras realizaram-se ficando a questão financeira em atraso devido ao adiantamento do III QCA. Mas se fizesse como o PSD pretendia, então como é que tínhamos hoje lançados os concursos das obras da variante, da rede viária do PNPG, da estrada de Paradela, do Parque de Exposições, do Urbanismo Comercial, etc. É que se essas obras não constassem no Plano não podiam ser lançadas.

Foi, portanto, uma decisão acertada da Câmara porque assim já temos essas obras prestes a arrancarem.

E é este o trabalho político que não querem reconhecer mas que está bem patente no terreno e que o povo bem conhece: apoio às juntas de freguesia, dinamização da actividade económica com o sucesso das iniciativas de promoção dos produtos locais (fumeiro, vitela, turismo, ambiente), articulação com as entidades locais, estímulo à iniciativa privada, prestígio do concelho, ideia de confiança e auto-estima e orgulho dos Barrosões – obras, obras e mais obras por todo o lado.”

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Senhor Presidente da Câmara empolou o orçamento de 2000 e isso para fazer muitas obras: rede viária, turismo, etc. Falou em seis milhões de contos em obras, perguntou em que documento podia confirmar. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara afirmou que a capacidade de endividamento é maior. Perguntou então porque é que a Câmara renegociou as dívidas para prazos mais longos. O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que fazer o saneamento nas 100 aldeias, que o não têm, custava cinco milhões de contos e que por isso não o fazia, mas gastou mais de cem mil contos na Pista.

O deputado António Ferreira disse que os documentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades eram sujeitos a votação, se ele mandasse. Disse ainda que, quando fala, gostava que as restantes pessoas ouvissem porque se não dizem aquilo que não devem. Relativamente aos agrupamentos das escolas, informou que o da Venda Nova já foi criado; em Montalegre ainda não foi criado porque os professores não se entenderam, mas alguém superior irá impor esta situação e todos vão ter que aceitar.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse continuar a haver, por parte de alguns deputados, a manipulação de números. Os dois documentos nunca podem ser comparados porque um é o documento técnico, fornecido pelos serviços da Câmara, e é rigoroso; o outro é um documento político que é pelo qual o Executivo Municipal se rege. Sobre as despesas de representação, são 12 mil contos e é essa a verba que consta nos documentos e foram gastos. Disse ainda que, se a Assembleia quiser e se assumir a responsabilidade, diz a quem ofereceu as lembranças. Aquilo que aparece como despesas de representação são estadias, deslocações, recepções, inaugurações, lanches de grupos culturais nas festas, etc e este ano estão empoladas devido a despesas do lanche da visita do Senhor Primeiro Ministro que deu grande projecção ao concelho.

Terminou, dizendo que as críticas vão para o PSD que está constantemente a enxovalhar o nome de Montalegre.

A Assembleia apreciou a Conta de Gerência e o Plano de Actividades para o ano 2000.

3. RESAT – Realização da 2ª Tranche de Capital Social

O Senhor Presidente da Câmara deu as explicações necessárias sobre este assunto e disse que este assunto é para ser apreciado na Assembleia para conhecimento.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que perguntou quais eram os encargos suportados pelos Municípios.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que quem vai pagar à empresa, RESAT, é a Câmara e quem vai pagar à Câmara são os munícipes. Explicou que o conselho de Montalegre leva x toneladas de lixo ao aterro sanitário e paga à empresa, o valor irá ser definido pelo Conselho de Administração mas a empresa tem de ter pelo menos 3% de lucro.

A Assembleia tomou conhecimento.

4. AMTAD – Plano e Orçamento para 2001 e Conta de Gerência

O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta associação é útil para representação dos municípios e tem prestado informações complementares ao município de Montalegre, nomeadamente sobre a EDP.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que perguntou há quantos anos está em funcionamento a AMTAD porque no documento da Conta de Gerência aparecem 30 mil contos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que esta associação fez um estudo importante de desenvolvimento estratégico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A Assembleia tomou conhecimento.

5. EHATB. SA – Relatório e Contas 2000

O Senhor Presidente explicou o assunto à Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Rodrigues, Rogério Borralheiro e Acácio Gonçalves.

O deputado José Rodrigues disse que o Senhor Presidente, na explicação que deu sobre este assunto, falou na construção de um parque eólico de grandes dimensões. Perguntou qual será a sua localização.

O deputado Rogério Borralheiro aproveitou o ensejo para referir como é importante a união entre os vários concelhos, independentemente do líder que cada um tem. Devem

respeitar os vários líderes que, embora de partidos diferentes, se estiverem unidos, constituem uma mais valia de receitas.

O deputado Acácio Gonçalves acha estranho que os Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso enviem dinheiro para Cabo Verde, pois os 72 mil contos fazem falta cá.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que os parques eólicos, que estão previstos, são entre Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. A Enersis tem terrenos em Vila Pouca e vai iniciar com a construção, a Câmara de Montalegre tem parceria e os EHATB terão também uma participação. Sobre as ofertas a Cabo Verde, foram atribuídas porque a empresa paga IRC e é uma forma de abater aos impostos.

A Assembleia tomou conhecimento.

6. “A Barrosana” – Estatutos – Projecto de Viabilidade Financeira

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

O Senhor Vereador Nuno Pereira prestou alguns esclarecimentos técnicos.

Inscreveram-se para intervir os deputados Rogério Borralheiro, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

O deputado Rogério Borralheiro disse que a proposta lhe parece razoável e que é uma estratégia usada por muitas Câmaras e em algumas iniciativas, como feiras, pode ter uma participação eficaz. Terminou, dizendo que ia vota a favor.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou porque é que o Conselho Fiscal não tinha sido constituído. Pela leitura que fez dos estatutos verificou que a Câmara nomeia o Conselho de Administração. Perguntou porque é que a Assembleia Municipal tem de estipular os vencimentos e ajudas de custo dos seus membros.

O deputado António Ferreira disse que quando a esmola é grande o santo desconfia. Disse que todo o pessoal ligado à empresa deve ser de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que esta proposta foi bem ponderada e o projecto foi feito por um técnico. Esclareceu que, se houver técnicos remunerados, quem define é a Câmara e a Assembleia, mas quem lhes vai pagar é a empresa.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir. De seguida, foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta a discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia, por não haver nada mais a tratar, encerrou a sessão.

No prazo legal justificam as faltas os senhores Manuel António Silva Carvalho, António José Silva Carvalho, João Gonçalves Surreira, António Gregório Azevedo Dias, Eugénio Gonçalves Xavier, Paulo Jorge Dias Barroso, João Batista Verde e Manuel Rodrigues dos Santos.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário